

Ata Circunstanciada da 24ª Sessão Ordinária



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA SECRETARIA
Diretoria Legislativa
Setor de Registro e Redação Legislativa



ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA
24ª SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 1º DE ABRIL DE 2026.

INÍCIO ÀS 15H02

TÉRMINO ÀS 16H19

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, expediente que será lido por mim.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Estão presentes somente eu, o deputado Pastor Daniel de Castro e o deputado Gabriel Magno.

Peço aos deputados que estão nos gabinetes ou que estiverem pela casa que venham ao plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, porque há trabalhadores e trabalhadoras nas galerias esperando uma resposta de projetos a serem votados nesta casa.

É muito importante a presença de pelo menos 13 parlamentares, para que possamos dar uma resposta a essas trabalhadoras e esses trabalhadores. O pessoal da fiscalização agropecuária e do IML estão presentes. Vocês já imaginaram se o IML parar? Não vai ficar legal, não.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, eu quero dizer que, se o IML e a fiscalização agropecuária pararem, será uma tragédia para Brasília. Estamos juntos! A Câmara Legislativa tem esse sentimento de apoio incondicional, e vossa excelência, por tantos mandatos que tem, sabe o quanto que os servidores do Distrito Federal precisam ser valorizados.

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Como não se verifica o quórum mínimo de presença, suspendo os trabalhos até que ele se complete.

(Os trabalhos são suspensos.)

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Estão presentes o deputado Chico Vigilante, o deputado Gabriel Magno, o deputado Fábio Félix, o deputado Thiago Manzoni, o deputado Pastor Daniel de Castro e o deputado Rogério Morro da Cruz. Reinício os trabalhos.

Está aberta a sessão.

Dá-se início ao comunicado de líderes.

Concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Roosevelt Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix, para falar pela liderança do Bloco PSOL-PSB.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco PSOL-PSB. Como líder.) – Obrigado, deputado Chico Vigilante. Hoje usarei o tempo de liderança do Bloco PSOL-PSB, já que nossos colegas, líder e vice-líder do bloco, ainda não chegaram ao plenário.

Senhor presidente, subi a esta tribuna porque nós recebemos uma notícia divulgada, logo pela manhã e com exclusividade, pelo jornalista Brunno Melo, da CBN. A entrevista foi feita com a própria governadora do Distrito Federal, Celina Leão, que afirmou que vai retirar o terreno da Serrinha das garantias do BRB. Essa notícia é importante porque é resultado direto da luta e da mobilização do movimento ambientalista do Distrito Federal. Houve muita mobilização social. Muita gente foi às ruas e recorreu ao Ministério Público e à Justiça para denunciar a especulação imobiliária e os riscos impostos a uma área de preservação ambiental e ecológica.

O constrangimento foi enorme. Vários desembargadores nem quiseram julgar a ADI e a liminar. Muitos se declararam impedidos ou não quiseram julgá-las. Tanto é que a maior parte das decisões com relação a esse tema foi tomada diretamente pela administração do tribunal, devido à complexidade e ao constrangimento que um tema dessa importância gera.

O que me chamou a atenção na decisão da governadora é que ela desmentiu o governador Ibaneis Rocha – no dia 1º de abril, o Dia da Mentira. Ele disse que aquela não era uma área de preservação, e, no discurso dela, ela afirma que vai retirar o terreno, porque respeita o meio ambiente e entende que as áreas ambientais precisam ser respeitadas. Nós estamos hoje no Ibaneis Day – o Dia da Mentira. E quem desmentiu o ex-governador no Distrito Federal foi a governadora que era vice dele, praticamente no dia seguinte à saída dele do Palácio do Buriti.

Ele tentou colocar esse terreno no processo de suposto salvamento do BRB. Nós, obviamente, elogiamos a retirada do terreno, que foi fruto da mobilização social sobre o tema. Mas, ao mesmo tempo, presidente, nós temos grande preocupação com o que ainda está acontecendo no BRB.

Fomos surpreendidos ontem ao constatar que o Governo do Distrito Federal não cumpriu absolutamente nenhuma das formalidades exigidas pelo FGC. O governador enviou um ofício ao FGC como quem diz: "Quero um empréstimo". Amanhã, vou mandar um WhatsApp ao meu banco e escrever: "Quero um empréstimo". Não, gente, empréstimo não se pede dessa forma. É preciso cumprir requisitos. O FGC respondeu por ofício que, para solicitar um empréstimo, é necessário anexar documentos, publicar o balanço. Hoje, o BRB está, basicamente, inadimplente com relação ao balanço, porque não o publicou. O balanço está camuflado. Isso serve para escamotear o tamanho da crise que nós estamos vivendo.

Qual é a minha preocupação agora? O que vai acontecer amanhã com o Banco de Brasília. O Governo do Distrito Federal veio a esta casa, deputado Thiago Manzoni, e lutou para que fosse aprovado o projeto de lei novamente. O projeto foi aprovado, mas não houve nenhum encaminhamento concreto com relação às medidas do BRB. Os deputados votaram a matéria às pressas – nós votamos contra –, porque o prazo era 31 de março. Porém, o BRB não cumpriu o prazo. O BRB não pediu empréstimo ao FGC. O BRB não resolveu o problema. O BRB não deu transparência à situação que estamos enfrentando. O novo gestor do BRB também está se mostrando incapaz de apresentar soluções para a crise que nós estamos vivendo – até porque a solução não passa somente pela avaliação do presidente do BRB, mas também pela avaliação do Governo do Distrito Federal. O governador Ibaneis Rocha fugiu da sua responsabilidade de governador, saiu pela porta dos fundos, com uma encenação macabra de uma série de eventos que não representam absolutamente nada para o Distrito Federal. Essa é a situação que nós estamos encarando hoje.

Estão presentes categorias em luta, pessoas querendo ser nomeadas. Está havendo greve na assistência social, na UnDF, no IML. Pessoas estão lutando para terem melhores condições de trabalho. No entanto, o governo está afundado na crise bilionária do BRB, para a qual não foi apresentada nenhuma solução. Essa é a situação que nós estamos enfrentando.

Então, nós temos 2 questões importantes. Em primeiro lugar, aquele projeto que foi apresentado, presidente, não soluciona a situação do BRB ou não nos dá perspectiva de solução. Então, isso gera uma crise enorme na nossa cidade, e nós precisamos tomar providências urgentes em relação a isso, inclusive como Câmara Legislativa.

Em segundo lugar, a governadora basicamente desmentiu o ex-governador Ibaneis ao anunciar a retirada do terreno, que ele dizia não ser de proteção ambiental, reconhecendo-o como área protegida. Ela anunciou que ia retirar esse terreno.

Então, essa é a situação que nós estamos vivendo. Eu acho que esse talvez seja só o fio da meada, a ponta do *iceberg* das mentiras que nós enfrentamos, além da mentira que foi dita de que aquele projeto tinha que ser apresentado porque o problema tinha que ser resolvido até o dia 31 de março. O problema não foi resolvido, não andou, não tem perspectiva. O BRB foi, mais uma vez, desmoralizado pelo governador Ibaneis Rocha. Agora ele pode ser multado pelo Banco Central por descumprir as regras bancárias deste país. Então, isso é inaceitável.

A Câmara Legislativa e a população não podem ficar omissas, caladas em relação ao que nós estamos vivendo. Felizmente, o governador foi convocado pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado. Ele disse que não entendeu o porquê disso. Ele foi convocado porque ele tem negócios com a Reag e vai ter que prestar esclarecimentos à CPI. Infelizmente, nós não temos a nossa CPI ainda instalada na Câmara Legislativa do DF. Ela seria muito positiva e produtiva e atenderia as necessidades da população do Distrito Federal.

Fica registrada, presidente, a nossa preocupação extrema pela situação enfrentada no BRB e pelo fato de o Governo do Distrito Federal não ter tomado, até o momento, nenhuma providência – e ele disse para nós que teria tomado – para que esse problema seja solucionado.

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Como líder.) – Boa tarde, presidente, demais parlamentares presentes, equipes de assessoria, imprensa e a quem assiste a esta sessão pelo YouTube e pela TV Câmara Distrital.

Presidente, estou separando algumas matérias jornalísticas, porque o Poder Judiciário muda de entendimento, às vezes, de acordo com a figura ou o espectro político que está sendo julgado. Nós temos situações muito semelhantes que foram proibidas em 2022, quando o presidente Bolsonaro estava na presidência, e que agora são permitidas, quando o Pinóquio está na presidência. Aliás, hoje é o dia dele, 1º de abril, Dia da Mentira, dia do Lula.

Esta situação do BRB é gravíssima. O que acontece no Distrito Federal é um absurdo. Hoje tivemos a informação de que existe a possibilidade de os imóveis oferecidos em garantia serem utilizados de outra forma. Eu venho afirmando, há semanas, que esses imóveis não apenas foram dados em garantia, como também poderiam ser vendidos diretamente a terceiros. Agora eles estão sendo colocados à venda para tentar salvar o BRB. Eu vou perguntar aos senhores mais uma vez: quem sabe qual é o tamanho do rombo do BRB? Ninguém sabe. Isso nunca foi dito. Esses imóveis vão ser vendidos a toque de caixa, com deságio, para – entre aspas – tentar salvar o BRB. Salvá-lo de quem? Essa é a pergunta que deveria ser feita. Isso é difícil.

Agora, deputado Chico Vigilante, a notícia é que a governadora Celina está sendo compelida pelo governo federal a reduzir o preço do *diesel* por meio de redução de tributo.

Em 2022, o presidente Bolsonaro sugeriu reduzir tributo para diminuir o preço do combustível e facilitar a vida do cidadão brasileiro. Naquela época, isso foi proibido. Em ano eleitoral – foi falado sobre isso naquela época –, não se pode reduzir preço de combustível se reduzindo tributo. Agora, o Pai da Mentira quer reduzir o preço do *diesel*. Agora isso é possível. E, pior, conforme matéria da *Folha de S.Paulo*, diz-se que a contrapartida que o governo federal cobra do Governo do Distrito Federal para ajudar o BRB é que o Distrito Federal tope reduzir a tributação sobre o *diesel* para diminuir o preço dos combustíveis.

Olhem a situação em que nós nos encontramos. Em 2022, isso era proibido, porque era o Bolsonaro – e, claro, com ele, tudo era proibido. Ele não podia chamar o Lula de descondenado, ele não podia chamar o Lula de ex-presidiário, ele não podia chamar o Lula de nada; não podia falar nada. Ele não podia nem usar as imagens do 7 de setembro na campanha dele. Isso não acontecia só com ele, não. Os veículos de comunicação também não podiam chamar o Lula do que ele era.

Eu me lembro de a ministra Cármen Lúcia ter dito: “A censura é proibida no Brasil, mas nós vamos autorizá-la só até o segundo turno das eleições”. Está autorizada até hoje. Reduzir tributo também era proibido, mas agora parece que pode. O governo federal utiliza isso como um mecanismo de chantagem para ajudar a salvar o BRB. Olhem a que ponto nós chegamos!

O pior disso tudo é saber que o Distrito Federal, na condição de controlador do BRB, foi o causador do rombo. Agora, a governadora que acaba de assumir se vê na situação de ter de pedir socorro ao governo federal, que faz chantagem e usa o fato de o BRB precisar de socorro para obrigá-la a topa a redução forçada do preço de combustíveis por meio da redução de tributo. É, meus amigos, o mundo não dá volta, ele capota. Olhem a situação em que nós estamos.

O certo mesmo, deputado Chico Vigilante, povo do Distrito Federal, é saber quem está com R\$6 bilhões. Eles estão no bolso de alguém, só não sabemos de quem. Podemos até supor, mas não podemos afirmar com certeza.

O certo seria esse dinheiro, que foi retirado dos cofres do BRB e que está na mão de alguém, ser devolvido. Assim, nós acabaríamos com esse rombo, o BRB voltaria a funcionar normalmente, a Celina não ficaria refém do Lula e as coisas voltariam a funcionar bem no Distrito Federal.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Como líder.) – Presidente, eu trouxe a esta tribuna hoje um exemplar da Bíblia Sagrada, que eu estava lendo ainda há pouco. Trata-se da Bíblia da nossa convenção, o Ministério de Madureira, conhecida como a *Bíblia do Culto do Ministro*. Eu sei que não havia necessidade disso, porque quem me conhece sabe como eu trabalho, sabe quem eu sou. Graças a Deus, algo que eu tenho na vida, presidente, é palavra. Quem me conhece sabe que, quando eu dou a palavra, eu não volto atrás, porque o homem tem que ser pautado pela sua palavra. Eu disse ontem, nesta casa que, para mim, a palavra representa mais do que o papel, do que a escrita. Papel se rasga, se joga fora. Eu venho do Nordeste, de uma família simples, e este foi o legado que meu pai me ensinou: ser um homem de palavra. Quem me conhece sabe que, quando eu dou a palavra, eu vou até o final, mesmo que pague um preço muito grande. E eu tenho pagado esse preço.

Eu falo isso porque, em Vicente Pires, há um grupo de oposição. Isso é natural, mas não é justo o que eles fazem, a chacota que estão fazendo. Eles dizem que este parlamentar aqui é cúmplice na publicação do edital. Em hipótese nenhuma, presidente, eu tenho DNA nesse edital. Eu tenho DNA na construção do diálogo com a Terracap, num grupo formado de 18 pessoas para discutir as condições, os preços, os juros, até o lançamento do edital. Eu entendo que, ao longo desses 8 meses, essa comissão dialogou com a Terracap. Para mim, o final desse processo seria chamar o deputado, conversar com o deputado, fazer uma audiência pública e conversar com a comunidade. Essa parte final não foi feita.

Por mim, isso já desmantela acordos e já faz com que esse edital seja cancelado. Se não for aqui, será no Tribunal de Contas, porque eu vou procurar o conselheiro, o presidente. Também irei ao Tribunal de Justiça. Eu não tenho dúvida de que, se necessário for, eu procurarei também aquele órgão, com a força do mandato, mostrando que há um erro contra a comunidade da Vicente Pires.

“Queremos arrecadar, precisamos arrecadar da população”. Essa é a fala da Terracap. Então vamos arrecadar, presidente deputado Chico Vigilante. Eu concordo. Vamos cancelar o que eles aprovaram. Eles aprovaram uma quarentena. Por 6 meses, vão ganhar em média de R\$55 mil por mês, cada um. Serão R\$350 mil, R\$370 mil. Casemos o que eles vão ganhar. Eu vou ser deputado de uma nota só, e eles estão sabendo disso, porque eles estão topando enfrentar a Câmara Legislativa.

Hoje, eu conversei com o presidente, e eles estão dizendo que não vão cancelar o edital. Se não fizerem isso, a Câmara Legislativa o fará. Por que eu falo isso? Eu protocolei um PDL ontem. Eu quero agradecer ao jornalista do Metrôpoles, porque já deu publicidade a isso. Como é um portal extremamente visto e lido, já comentam isso em Vicente Pires. Eu estou chamando os moradores de Vicente Pires para terça-feira estarem presentes aqui, encherem essa galeria. Eu pedi ao presidente deputado Wellington Luiz um momento no Colégio de líderes.

Peço a vossas excelências, deputados e deputadas que estão presentes, que me ouvem, que consigamos trazer para o plenário esse projeto e votá-lo na terça-feira. Que possamos suspender, sustar todos os efeitos desse edital. Que a Terracap recorra, como eu irei fazer no Tribunal de Contas. Mas não é justo querer arrancar o recurso da população de Vicente Pires. Peço aos deputados, com muito carinho que tenho com cada um, que possamos nos somar nesse momento para cancelar esse edital.

Muito obrigado, deputado Thiago Manzoni, pelo apoio de vossa excelência. Isso é muito importante. O senhor é o presidente da CCJ, e o projeto passará, sem dúvida, pelo crivo da constitucionalidade dessa comissão tão importante, que é uma comissão terminativa. Mais uma vez, eu agradeço o apoio de vossa excelência.

Vicente Pires é uma coisa extraordinária. É um local com 100 mil habitantes, com pessoas que estão sofrendo. Lá todo o espectro tem voto. O pessoal mais ligado à esquerda aqui sabe disso. Em Vicente Pires, existe a torcida do Palmeiras, e o pessoal é muito ligado ao PT, como a dona Celeste. Ela já me ligou hoje e disse que conversou com o deputado Ricardo Vale. Ela é apoiadora do deputado Ricardo Vale. São palmeirenses e petistas. A Força Verde do Palmeiras é forte.

Presidente deputado Chico Vigilante, vossa excelência que preside essa reunião, peço que nos ajude. Nós precisamos derrubar esse edital. Ele não é justo. Se ele não tem, na sua etapa final, a participação da comunidade, qual validade ele tem?

Eu vou levar uma comissão, na terça-feira, ao Colégio de líderes. Eu pedi isso ao presidente para que eles possam conversar com a comunidade e vocês possam ouvir essa comissão. Hoje eu recebi uma ligação do senhor Ulisses, que tem uma borracharia na Asa Sul. Ele falou: “Pastor, só contamos com o senhor, com a Câmara Legislativa. Eu vivo do meu trabalho na minha borracharia na Asa Sul, moro em Vicente Pires e tenho um lote que comprei há 30 anos. Não tenho dinheiro para pagar esse lote”.

Acontece o seguinte: se a pessoa não comprar, vindo um segundo ou um terceiro chamamento, esse lote vai para licitação, alguém compra e essa pessoa é expulsa da sua casa. Será que é isso que a Terracap quer, expulsar os moradores humildes das suas residências, trazer sofrimento à população? Eu não vou aceitar isso e vou debater isso o tempo todo.

Com todo o respeito e carinho que tenho pela governadora, sou do partido dela, falo mais uma vez o seguinte: governadora, use a caneta, está na hora de a senhora mandar a Terracap cancelar esse edital. A senhora já fez muita coisa nesses 3 dias em que assumiu: cancelou a festa, destinou dinheiro para a saúde, entendeu que a Serrinha precisava sair daquela estrutura de áreas para salvar o BRB, já cancelou isso pela questão ambiental. A senhora está mostrando para que veio.

Por favor, cancele esse edital da Vicente Pires e faça a população da cidade dormir em paz, porque ninguém dorme direito passando por ansiedade e depressão, sem saber o que será do amanhã, se continuará morando na própria casa construída com trabalho, dignidade e muito suor. Essas pessoas não sabem para onde vão.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Muito obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro. Posso afiançar a Vossa Excelência que nossa bancada, a bancada do Partido dos Trabalhadores, votará pela derrubada dessa ação da Terracap. A Terracap não pode ser uma imobiliária insensível para atazanar a vida das pessoas.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

Convido o deputado Pastor Daniel de Castro para presidir a sessão, poque após a fala do deputado Gabriel Magno, eu também me manifestarei.

(Assume a presidência o deputado Pastor Daniel de Castro.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder.) – Boa tarde aos servidores da carreira de Fiscalização Agropecuária da Ceagre, presentes hoje. Boa tarde aos servidores do IML, lutando pela reestruturação. Infelizmente, no Dia da Mentira, os servidores recebem mais uma prova da mentira do governo Ibaneis e Celina Leão: o descaso deste governo, que mentiu desde o início. Mentiu quando disse que professores, por exemplo, deveriam ganhar igual a um juiz. O governador Ibaneis criminalizou a greve dos professores, ameaçando-os de fome e de morte, dizendo: “Quero ver até quando vão aguentar sem salário”, em uma greve recente.

O governador mentiu quando disse que acabaria com o IGESDF e o transformou em um dos maiores esquemas de corrupção da história desta cidade, perdendo apenas para o atual Banco de Brasília e Banco Master. Mentiu quando disse que tirou uma soneca no 8 de janeiro ou quando afirmou que não sabia fazer um Pix.

O governador Ibaneis mentiu quando disse, deputado, que não privatizaria a CEB, e hoje vemos o desastre que é o apagão da Neoenergia nesta cidade. Mentiu quando disse, na campanha, que valorizaria os servidores públicos e depois os tratou com descaso e desrespeito, desaparecendo justamente quando os servidores estão cobrando e exigindo respeito e reestruturação das carreiras.

Manifesto minha solidariedade e minha luta ao lado dos servidores presentes. Infelizmente – vocês estão vendo – o governo não está no plenário hoje. Infelizmente, no último dia para votar qualquer reestruturação de carreira de servidor público, o governo desapareceu, pois não há representante do governo no plenário.

Quero falar, presidente, sobre as contas do Governo do Distrito Federal. A gestão do governador Ibaneis tinha um secretário de economia que saiu após condenação por corrupção e lavagem de dinheiro, dinheiro do Inas-DF e do Iprev. O Inas-DF, aliás, acaba de anunciar o descredenciamento de 220 clínicas, o plano de saúde dos servidores públicos desta cidade. Estamos apresentando mais um requerimento de informação para esclarecimentos: qual é a situação do Inas-DF, por que houve o descredenciamento, por que existem cobranças indevidas aos servidores, que insistem em reclamar os descontos indevidos nos contracheques, e por que o Governo do Distrito Federal deu um calote no Inas-DF de mais de R\$80 milhões, com o não repasse da contribuição patronal?

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Deputado Gabriel Magno, posso interromper vossa excelência só por 1 minuto? As professoras e as crianças já estão saindo. Gostaria de registrar a presença dos estudantes e professores da Escola Classe 411 Norte, que participam do programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo. Antes de irem embora, gostaria de cumprimentá-los, e vossa excelência pode aproveitar para continuar o cumprimento.

Obrigado, deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder.) – Boas-vindas aos estudantes, às professoras e aos professores da Escola Classe 411 Norte. Que alegria recebê-los!

A gestão Ibaneis teve, durante muito tempo, à frente da pasta da economia, um secretário que foi condenado por corrupção. Deputado Chico Vigilante, com o anúncio da exoneração do secretário de Economia, boatos dizem – e a gestão Celina Leão ainda não confirmou – que o próximo secretário será outro condenado: o Valdivino, que já foi condenado, inclusive quando era secretário de Fazenda do Distrito Federal, por fornecer um benefício fiscal à empresa Só Frango, enquanto ocupava o cargo. Ele foi condenado pela justiça, e é outro que vai cuidar das contas do Distrito Federal.

Isso mostra como Ibaneis e Celina fazem parte do mesmo projeto de destruição da cidade e de sequestro do orçamento público. Eu trago isso, deputado Pastor Daniel de Castro, porque foi publicada, esta semana, uma reportagem sobre um documento que comprova que a equipe técnica do BRB, deputado Chico Vigilante, já sabia que parte das carteiras de crédito oferecidas pelo Vorcaro não tinha lastro. No bom português, eram carteiras podres. Documentos que vieram à tona comprovam que relatórios da equipe técnica do BRB já constatavam que o banco estava entrando em um negócio fraudulento e criminoso.

O deputado Thiago Manzoni perguntou onde foram parar os R\$6 bilhões. Deputado Pastor Daniel de Castro, naquela sala, recentemente, quando o presidente do BRB veio, mais uma vez, convencer os deputados, ele prometeu, primeiramente, que entregaria o balanço, mas não entregou. Ele mentiu naquela sala e não entregou o balanço ontem. Foi dito que o BRB possuía mais de R\$20 bilhões em carteiras do Master, e eu cheguei a questionar o presidente e o governo sobre a possibilidade de o prejuízo chegar a esse valor. Deputado Chico Vigilante, eu me lembro de que o governo e o presidente do banco reagiram dizendo: “Não! Você não pode dizer isso! É um absurdo! Você está inventando números.” Hoje, basta acessar os portais de notícias para ver que muita gente já afirma que o prejuízo pode passar disso.

A pergunta que eu faço, deputado Pastor Daniel de Castro, é a seguinte: por que, mesmo sabendo – como revelam os documentos – que a equipe técnica do BRB já sabia que os títulos eram podres, o ex-governador Ibaneis assinou o projeto de lei e o encaminhou a esta casa para que o BRB comprasse o Master por R\$2 bilhões? Ele sabia que os títulos eram podres, assinou o documento, deputado Chico Vigilante, e encaminhou a esta casa um projeto de lei. O que motivava, naquela época, o governador Ibaneis a comprar o Banco Master sabendo que as operações eram fraudulentas?

Chama-me a atenção, deputado Pastor Daniel de Castro, um documento divulgado nesta semana: a indicação do Governo do Distrito Federal para o Conselho Fiscal do BRB. Pergunto à atual governadora, Celina Leão, por que está indicando para o Conselho Fiscal do BRB a ex-chefe de gabinete do Ibaneis, a senhora Juliana. Em uma assembleia marcada para o dia 30 de abril, será votada a indicação do Governo do Distrito Federal para o Conselho Fiscal do BRB. Eu estou com esse documento em mãos, que diz que esse conselho é o órgão de fiscalização permanente e independente da administração, com a missão de monitorar atos econômicos e financeiros, garantindo o cumprimento de leis e estatutos para proteger os interesses do banco e dos acionistas.

Por que a ex-chefe de gabinete do governador Ibaneis é a indicada do Governo do Distrito Federal? É muito estranho. São perguntas que o governo Ibaneis/Celina precisa responder, que a governadora Celina Leão precisa responder, porque ela agora é governadora, é a controladora do BRB e está indicando a chefe de gabinete do pré-candidato Ibaneis Rocha, convocado para a CPI do crime organizado.

Por isso, deputado, vou concluir: é fundamental a abertura da CPI do Banco Master nesta casa.

E quero conectar isso com o debate que vossa excelência trouxe para esta casa, que é a

Terracap porque a Terracap também precisa ser investigada nesse processo do BRB/Master em relação às notícias e às declarações do atual presidente do BRB de que fornecer terrenos para a especulação imobiliária não vai resolver o rombo. Colocaram a Serrinha para fazer negócio, e a Justiça, o movimento social, o movimento ambientalista denunciaram, e agora o governo é obrigado a recuar, a retirar a Serrinha, mas há outros lotes da especulação imobiliária e dos negócios que a Terracap tem feito.

Quero manifestar o nosso apoio, como o deputado Chico Vigilante já o fez, ao PDL para sustar o edital, mas quero, inclusive, propor a esta casa, deputado Chico Vigilante, que, logo após a CPI do Banco Master, esta casa também faça uma investigação e, se necessário, instaure a CPI da Terracap. É preciso abrir a caixa-preta da Terracap nesta cidade. Há o risco, como demonstram as várias operações da Polícia Civil, de grilagem de terras nesta cidade, de corrupção na venda de lotes, dos supersalários dos diretores da Terracap. Vossa excelência já denunciou aqui o recebimento de favores financeiros por ex-diretores da Terracap. Há o risco da má gestão do patrimônio público, dos projetos urbanísticos e dos danos causados a esta cidade.

Recentemente, o juiz Maroja, mais uma vez, impediu, por decisão judicial, a aplicação de uma lei de interesse da Terracap, referente aos becos no Lago Sul, declarando novamente a sua inconstitucionalidade. São vários os questionamentos judiciais que têm sido feitos no Distrito Federal, atendendo a interesses que não são públicos, interesses pelos quais a Terracap deveria zelar. São indícios e denúncias muito graves, não apenas sobre supersalários, mas também sobre editais com suspeitas de favorecimento e grilagem de terras.

Deputado Pastor Daniel de Castro, somando-me à sua luta no 26 de Setembro, em Vicente Pires e em vários lugares desta cidade, quero convocar esta casa também a cumprir o seu papel de fiscalização. A tarefa urgente é investigar o escândalo do BRB/Master, mas esta casa também tem o dever de começar a investigar e abrir os olhos para o que acontece hoje na Terracap.

Conte com a nossa bancada nessa luta também. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Obrigado, deputado.

Mais uma vez, antes de o deputado Chico Vigilante falar, cumprimento os estudantes e professores da Escola Classe 411, participantes do programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo. Registro sua presença. Sejam bem-vindos a esta casa; esta é a casa de vocês.

Neste momento, passo a palavra ao deputado Chico Vigilante, que falará pela liderança do PT.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, deputado Pastor Daniel de Castro, eu fico me perguntando: Vicente Pires é fruto da inoperância do governo, que permitiu que uma área de produção agrícola fosse loteada. A maioria dos moradores, para poder habitar ali, teve que fazer obras por conta própria, pagou aos grileiros de terra, comprou os terrenos dos grileiros, e depois veio a regularização.

É preciso que a população do Distrito Federal tome conhecimento de que as obras em Vicente Pires não são feitas com dinheiro da Terracap, mas do PAC, à época da ex-presidenta Dilma e do ex-governador Agnelo. Contratos foram assinados. Foram R\$550 milhões em obras de infraestrutura. Esse dinheiro foi do PAC. Portanto, a Terracap não tem o direito de fazer com o edital o que vossa excelência falou nesta sessão. Por isso, nós vamos derrubar o edital. Nós vamos derrubá-lo. O projeto de decreto legislativo será aprovado nesta casa para fazer justiça àqueles moradores. A Terracap não fez nada. O morador pagou uma vez para o grileiro. Agora, vai pagar para outra grileira? Isso está errado. Por isso, vamos derrubar o edital por meio do projeto de decreto legislativo.

Quero abordar outro ponto nesta tarde. Estamos vendo a situação dos combustíveis. Estão usando a guerra do Irã. Não vem uma gota de petróleo do Irã para o Distrito Federal ou para o

Brasil. O Irã não produz etanol. Não há plantação de cana no Irã. Entretanto, os especuladores aumentaram o preço do etanol.

O mais grave é que, ontem, vi posto vendendo gasolina por R\$6,05 e por R\$6,15. O mesmo posto que hoje pela manhã vendia gasolina por R\$6,05, agora à tarde, vende gasolina por R\$6,79. Esse posto fica nas imediações da academia de polícia, na confluência de Taguatinga/Ceilândia, perto da 12ª DP. O mesmo posto que de manhã vendia gasolina por R\$6,05, à tarde, vende gasolina por R\$6,79. Isso é roubo! Isso é assalto! Esse posto é perto de uma delegacia. O delegado da 12ª DP até poderia passar lá e recolher todo mundo. Ele pode ir lá com o camburão e recolher todo mundo, porque estão nos roubando!

Eu acabo de acionar o Procon. Falei com o diretor-geral do Procon. Estou acionando a Agência Nacional de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça e, por meio da Promotoria de Defesa do Consumidor, o Ministério Público do Distrito Federal. Estou vendo o trabalho do governo federal para reduzir o preço do óleo *diesel*. No entanto, se não colocarem esses ladrões na cadeia, eles vão embolsar o nosso dinheiro, o governo vai abrir mão de arrecadar, e o lucro vai para o bolso desses desalmados. Eles não têm coração nem preocupação nenhuma com o bem-estar da população do Distrito Federal. Portanto, vou continuar combatendo esse cartel porque ele é nocivo à população do Distrito Federal.

Nesta tarde, também quero abordar a questão BRB/Banco Master, que é a maior negociata da história e o maior assalto já praticado em todo o Brasil. Um deputado falou nesta sessão que o governo federal está pressionando a governadora. Não! O governo federal quer distância disso! O governo federal não quer proximidade com esse negócio malfeito e fedorento, com esse prejuízo absurdo! Existem mecanismos, e não é o governo federal que vai decidir sobre isso.

Quando não cumprirem as normas prescritas para o sistema financeiro, quando sair o balanço furado – ele vai ter que sair a qualquer hora –, o Banco Central vai decretar Raet. Isso significa que o Banco Central vai afastar toda a direção do Banco de Brasília e fazer uma intervenção saneadora por 180 dias, prorrogável por mais 180 dias. Uma vez saneado, o banco voltará para o Distrito Federal.

Portanto, é esse o caminho. Esse é o caminho natural. Não há por que quererem colocar a culpa em que não tem culpa. O governo federal não tem culpa com relação a isso.

Por último, presidente, peço 1 minuto para falar dos homens e das mulheres trabalhadoras que estão na galeria e do pessoal da Fiscalização Agropecuária, que me procurou no gabinete dizendo que viria um projeto beneficiando-os. Eu disse que iria para o plenário e que ficaria lá. Espero que dê quórum, mas parece que não vai dar. Se desse, eu ficaria aqui até de madrugada. Estou pronto para votar, é só chegar o projeto.

Com relação ao pessoal do IML, quero chamar a atenção, inclusive, da imprensa do Distrito Federal, falada, escrita e televisada. Se esse pessoal não for atendido e resolver fazer uma paralisação, depois não venham jogar a culpa em cima deles, nem dizer que eles são desalmados. Não venham, porque eles fazem um trabalho que poucas pessoas têm coragem de fazer. São poucas as pessoas que têm coragem de fazer o trabalho que vocês fazem. Por isso, precisam ser valorizados, respeitados e atendidos. (Palmas.)

Quero ver quando, infelizmente, pessoas passarem mal, falecerem em casa e não houver quem recolha os cadáveres. A culpa não é de vocês. A culpa é de quem não atendeu o pleito de vocês. Quando os necrotérios dos hospitais ficarem abarrotados de corpos, que não venham culpar vocês. A culpa é de quem não teve a sensibilidade de atender o pleito de vocês.

Portanto, eu, deputado Chico Vigilante, estou com vocês em qualquer decisão que tomarem. Contem comigo. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Declaro abertas as inscrições dos deputados para o comunicado de parlamentares, conforme o art. 118, inciso II, do Regimento Interno.

Dá-se início ao comunicado de parlamentares.

Não há inscritos. Consulto se o deputado Chico Vigilante deseja fazer uso da palavra também.

Registro a presença dos professores e estudantes da Escola Classe 411 e os cumprimento. Onde está a TV Câmara Distrital para filmar? Olhem vocês ali! Eles participam do programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo. Sejam bem-vindos a esta casa. Isso, façam festa. Deem tchau. Ah, que gracinha! Deus abençoe vocês, professores, professoras e alunos. Bem-vindos a esta casa. Esta é a casa do povo, é a casa de vocês.

Tenham todos uma feliz Páscoa, um feliz final de semana e até a próxima semana.

Como não há mais assunto a tratar, declaro encerrada a sessão.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos conforme informados pelos organizadores dos eventos.

Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Siglas com ocorrência neste evento:

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça
Ceagre – Centro de Excelência em Agricultura Exponencial
CEB – Companhia Energética de Brasília
DP – Delegacia de Polícia
FGC – Fundo Garantidor de Créditos
IGESDF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal
IML – Instituto Médico Legal
Inas-DF – Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal
Iprev-DF – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PDL – Projeto de Decreto Legislativo
Raet – Regime de Administração Especial Temporária
UnDF – Universidade do Distrito Federal Professor Jorge Amaury Maia Nunes

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa - Substituto(a)**, em 07/04/2026, às 15:15, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: 2608854 Código CRC: BEE98A5F.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI.3 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-9241
www.cl.df.gov.br - serel@cl.df.gov.br

00001-00013287/2026-57

2608854v3